

Amélia Aguiar Andrade

# HORIZONTES URBANOS MEDIIEVAIS



AUH  
236

A leitura dos textos reunidos neste livro pode ser encarada como um percurso em busca de uma paisagem perdida: a da cidade medieval portuguesa. Com efeito, apesar de as cidades e vilas portuguesas ainda apresentarem muitos vestígios da especial organização do espaço desses tempos já tão recuados, o pleno reencontro com a cidade medieval é sobretudo possível a partir de um lento e minucioso trabalho de reconstituição realizado a partir de informação, na maior parte dos casos não intencional, conservada nos documentos escritos coevos. E foi exactamente a partir desses documentos que a autora conseguiu reaver os principais contornos dessa tão complexa e viva tessitura urbana, feita de ruas, casas, igrejas, edifícios notáveis, muralhas e castelos. Mas também de gentes, que através da vivência dos seus quotidianos lhe imprimiam uma identidade própria. Um reencontro com a cidade medieval portuguesa que, todavia, não se deve esperar que seja luminoso e definitivo. Tal como as damas a quem os trovadores dedicavam as cantigas de amor, a cidade medieval deixa-se apenas vislumbrar, para que não esmoreça a curiosidade de quem a visita.

HORIZONTES URBANOS MEDIIEVAIS

Amélia Aguiar Andrade



## UM PERCURSO ATRAVÉS DA PAISAGEM URBANA MEDIEVAL

À Prof.<sup>o</sup> Iria Gonçalves

O recente crescimento explosivo da maioria das cidades e vilas aliado a destruições irreparáveis apagou ou, pelo menos, distorceu o traçado medieval de ruas, praças e muralhas. Quanto aos edifícios, apenas sobreviveram até aos nossos dias os de carácter singular e mesmo esses bastante alterados por sucessivas modificações dos padrões dominantes do gosto arquitectónico e decorativo. Da construção corrente, isto é, da casa de morada, praticamente nada restou.

Assim, há que procurar uma topografia desaparecida através de uma documentação normalmente escassa, em muitos casos sem continuidade cronológica e raramente adequada ao esclarecimento da paisagem urbana. A maioria dos documentos disponíveis foi elaborada por razões jurídico-administrativas e por isso privilegia assuntos como a fixação de quantitativos fiscais ou o esclarecimento de questões de propriedade<sup>1</sup>. Através deles só muito lateralmente se pode depreender o traçado das artérias de um núcleo urbano, o contorno da muralha ou a exacta morfologia de uma construção<sup>2</sup>. Obtêm-se assim dados obviamente insuficientes e que, na maior parte dos casos, nem sequer podem ser completados e/ou confirmados pela pesquisa arqueológica: espaços vivos, as cidades só deixam explorar o seu passado em áreas restritas<sup>3</sup>.

O reencontro com a paisagem urbana medieval raramente pode então ser total. Antes adquire a forma de uma aproximação, em certos pontos luminosa e circunstanciada e noutrós vaga e obscura<sup>4</sup>. Tal como acontece com o percurso através do mundo urbano que este texto vem propôr e que observa a cidade com os olhos de um forasteiro procurando entender-se num espaço ainda sem placas toponímicas<sup>5</sup>. Percurso de reconhecimento procura destacar o que há de comum na topografia dos núcleos urbanos do Portugal medievo. Como todos os percursos, este constitui apenas uma sugestão a abandonar ou a prosseguir, mas com limites inevitáveis. Antes de mais a sujeição a uma cronologia dominante - a Baixa Idade Média.

*Percurso  
Baixa Id.  
Medieval*

porque, em resultado do crescente protagonismo dos núcleos urbanos no Ocidente europeu, o volume de informação disponível torna-se incomparavelmente maior e quantitativamente mais rico<sup>6</sup>. Por outro lado, é preciso não esquecer que a irregularidade da distribuição geográfica dos dados até agora obtidos reduz as possibilidades de estabelecimento de contrastes e/ou analogias regionais enriquecedoras do percurso proposto<sup>7</sup>. Enunciados os objectivos, clarificadas as limitações, pode então iniciar-se a jornada.

O viajante medieval mesmo quando percorria um itinerário desconhecido sabia sempre quando se estava a aproximar de um núcleo urbano. Os seus olhos experientes, habituados a lerem as linhas da natureza, nunca o enganavam, pois o espaço em torno das cidades e vilas era sempre diferente.

A monotonia de um horizonte de florestas, searas e dispersos aglomerados rurais<sup>8</sup> que até agora tinha acompanhado a sua caminhada cedia lugar a uma paisagem de verdes mais intensos e com uma presença humana evidente. Prelúdio do versátil e sedutor mundo citadino, esse espaço periurbano próximo<sup>9</sup> subordinava-se aos seus interesses e necessidades, ganhando, por isso, aspectos variados que o caminhante não podia deixar de notar.

As manchas florestais desapareceram, arredadas para longe<sup>10</sup> pela penetração destrutiva de caminhos e homens em busca de madeira<sup>11</sup>, pedra<sup>12</sup> e mais raramente, de metais<sup>13</sup>, destinados a satisfazer as cidades próximas sempre ávidas de materiais para a construção e reparação de edifícios, para manter acesos fornos e forjas ou assegurar o fabrico de utensílios de uso quotidiano<sup>14</sup>.

Por seu lado a paisagem agrária transformou-se. As vinhas que começavam a alternar com as terras de pão tornavam-se mais frequentes para logo vizinharem com áreas de pasto e sobretudo, com hortas e pomares<sup>15</sup>. Uma organização de culturas que traduzia o apelo ordenador do consumo urbano, gerado por uma cada vez maior difusão de uma dieta alimentar que não dispensava o vinho, a carne e uma variedades razoável de legumes frescos e frutas<sup>16</sup>.

Um cenário rural tendencialmente uniforme e repetitivo<sup>17</sup> onde, todavia, condicionalismos naturais podiam introduzir variantes que os olhos avisados do nosso viajante percebiam de imediato. Assim, se as vinhas e hortas predominavam no húmido e chuvoso Noroeste<sup>18</sup>, o mesmo não acontecia a sul do Mondego, onde o vinhedo se associava com frequência ao olival<sup>19</sup> ou ao ferragial<sup>20</sup>. No Algarve eram as árvores de fruto, especialmente as figueiras que, acompanhadas pelos vinhedos, anunciavam a proximidade dos núcleos urbanos<sup>21</sup>.

lagoar. Langue onde se reduzem a 45 ligas cubos furtos

Manta de retalhos<sup>22</sup>, ora tecida em verdes primaveris ou em amarelos outonais, pontilhavam-na dispersas habitações camponesas<sup>23</sup>, uma ou outra aldeia<sup>24</sup> e construções que abrigavam estruturas auxiliares da produção agrícola como os lagoares e adegas<sup>25</sup>, os celeiros, as horas - numerosas no Sul, onde a memória da presença islâmica era ainda intensa - e principalmente, moinhos e azenhas que bordejavam riachos, ribeiros e até rios<sup>27</sup>. Mais raros, os moinhos de vento<sup>28</sup> constituíam um marco na paisagem suficientemente singular para deixar um rasto toponímico que ultrapassava, por vezes, a sua existência real<sup>29</sup>. Rasgavam-na ainda múltiplos caminhos vicinais<sup>30</sup> nascidos de serventias diárias que, ligando-se às estradas principais, encaminhavam o olhar do viajante para uma monumental construção de pedra que, cada passo andado, se afirmava como protagonista do seu horizonte visual<sup>31</sup>.

Para qualquer forasteiro a muralha e as torres que, em maior ou menor número, nela se incorporavam<sup>32</sup> constituíam o primeiro e mais claro sinal da presença de um núcleo urbano, pois raros eram os que não usufruíam da tranquilidade dessas grossas paredes<sup>33</sup>. Muros que anunciavam um espaço diferente mas, que por agora, o defendiam dos olhares de quem se aproximava retardando o tão desejado momento de encontro<sup>34</sup>. Na verdade, acima da linha de fortificação apenas se vislumbrava uma ou outra torre de igreja ou, se a cidade ou vila se implantava em sítio acidentado, algum casario disperso por colinas que um castelo ou outra construção assinalável rematava<sup>35</sup>.

Avara em desvendar-se antes de franqueadas as entradas, a cidade continuava no entanto, a depor no trajecto do caminhante alguns sinais da sua presença iminente. Na verdade, quase parecia querer prepará-lo para o que ia encontrar no interior das muralhas: um mundo palpitante mas contraditório, que tanto se podia mostrar repulsivo como pleno de seduções<sup>36</sup>. Assim, a repulsa era óbvia perante a silhueta infamante da forca<sup>37</sup>, os nauseabundos pelames<sup>38</sup> onde trabalhavam homens sujos e desprestigiados<sup>39</sup>, ou a gafaria onde os leprosos expunham as chagas para melhor indução da dádiva do passante<sup>40</sup>. Imagens de horror depressa substituídas pela animação contínua e laboriosa<sup>41</sup> que se desenvolvia em torno das cada vez mais fragmentadas parcelas hortícolas que ocupavam todo o terreno disponível, chegando a invadir os fossos exteriores à muralha<sup>42</sup>.

Mas o olhar do viajante confrontava-se a cada momento com novas solicitações, tornando-se difícil abarcar todas as mudanças da paisagem que o rodeava. Muito próxima, a muralha agigantava-se, deixando adivinhar as paredes espessas, marcadas por uma reconstrução ainda recente<sup>43</sup> ou por amiudadas reparações<sup>44</sup>. O caminho ou calçada - o acesso aos núcleos urbanos medievais exigia quase sempre o esforço suplementar de uma

subida mais ou menos íngreme<sup>45</sup> – ladeava-se de construções destinadas simultaneamente, a morada e a local de trabalho. Cerradas umas contra as outras, em fiadas compactas<sup>46</sup>, numa disposição que contrastava com o costumeiro aspecto disperso das casas aldeãs<sup>47</sup>.

Na verdade, o forasteiro atravessava um espaço já com características urbanas. Quer tivesse a forma alongada de prolongamento de uma artéria que vinha do interior da muralha<sup>48</sup> quer se desdobrasse por um dédalo de ruas e ruelas<sup>49</sup>, o arrabalde precedia quase todas as vilas e cidades<sup>50</sup>. Alguns recém-chegados julgar-se-iam mesmo em pleno núcleo urbano tal era a animação das actividades comerciais e artesanais e a monumentalidade e/ou especificidade de certas construções. Não tinha um dos arrabaldes de Santarém igreja paroquial, hospital, açougues e estalagem<sup>51</sup>?

Retomemos a companhia experiente do nosso parceiro de jornada que não se tinha deixado iludir pelo bulício do arrabalde. Atento, tinha-se apercebido da presença de um mosteiro de construção mais ou menos recente, de traça bem diferente da que lhe era familiar nos edifícios religiosos que de onde em onde balizavam os campos que tinha atravessado<sup>52</sup>. Nele se albergava uma comunidade que procurava o despojamento total, que invocava o exemplo de Francisco, Clara ou Domingos, que antes de se tornarem santos tinham sido habitantes de outras cidades. O mundo urbano parecia-lhes o terreno mais necessitado da sua mensagem pastoral e por isso, tinham virado as costas ao campo, preferindo a proximidade das cidades e acabando por agir como pólos aglutinadores da instalação de gentes que os espaços intramuros não podiam conter<sup>53</sup>. A associação Mendicantes-arrabalde era pois, facilmente reconhecível e, constituía quase uma regra para as cidades da Baixa Idade Média<sup>54</sup>. E que em Portugal encontrava as suas excepções no Entre Douro e Minho<sup>55</sup>.

Mas se os Mendicantes tinham escolhido voluntariamente o seu local de instalação, o mesmo não se podia dizer dos muçulmanos que, vencidos e agora minoritários, tinham sido constringidos a aceitar a tolerante sombra exterior da muralha das cidades e vilas da comarca de Odiana e do reino do Algarve<sup>56</sup>. A mouraria, para quem a avistava ou mais raramente atravessava, distinguia-se menos pela sua topografia – que em escala reduzida seguia de perto a de qualquer outro arrabalde<sup>57</sup> – mas sim por um quotidiano de usos e vestires estranhos<sup>58</sup> pautado pela presença vigilante da mesquita<sup>59</sup>. Mas, nos finais da Idade Média, a intolerância cristã reduziu a visão da mouraria a um anel de pedra que a escondia dos olhares dos passantes<sup>60</sup>. Pouco havia então para ser visto, os arrabaldes mouros esvaziavam-se, pois era cada vez maior o número dos que preferiam fugir para além mar<sup>61</sup>.

A experiência, todavia, tinha ensinado ao viajante que nem sempre era preciso atravessar um arrabalde ou galgar uma calçada para chegar a uma cidade ou vila<sup>62</sup>. Muitas delas situavam-se na margem de um rio e, por isso, o último troço do percurso tinha de fazer-se na barca de passagem<sup>63</sup> – raras, as pontes ainda constituíam motivo para admiração<sup>64</sup> – que o depositava no cais da ribeira, entre a agitação da descarga de mercadorias e pescado ou da partida de outras embarcações<sup>65</sup>.

Independentemente do caminho escolhido, desembocava-se sempre na porta de entrada, que se mantinha aberta desde madrugada até depois do toque das Trindades<sup>66</sup>, a não ser que os tempos fossem de guerra<sup>67</sup> ou os ares de peste<sup>68</sup> e aconselhassem a exclusão temporária de estranhos. Inserindo-se quase sempre numa torre alta e poderosa<sup>69</sup>, a porta escondia no aparato das enormes fechaduras a sua fragilidade de ponto de ruptura da muralha<sup>70</sup>, por onde passava, obrigatoriamente, tudo o que, de bom ou de mau, podia perturbar o equilíbrio do mundo intramuros<sup>71</sup>.

Mas, em nenhum outro local era tão evidente o contraste entre o interior e o exterior da muralha. As diferenças que o viajante cada vez mais intensamente observava na paisagem à sua volta ganhavam, ao atravessar a porta, formas jurídico-administrativas que reservavam aos habitantes do perímetro amuralhado todas as vantagens e desvantagens da vida urbana<sup>72</sup>. Na verdade, mal assomava à entrada logo os homens do alcaide ou os porteiros do concelho o interpelavam perguntando-lhe quem era, ao que vinha e o que trazia na bagagem<sup>73</sup>. A sua condição de forasteiro era-lhe pois recordada e desagradavelmente, através do pagamento de taxas ou, em certos casos, pela necessidade de autorização concelhia para uma permanência por mais curta que esta fosse<sup>74</sup>.

Para o nosso companheiro de viagem os primeiros momentos no interior da cidade traziam-lhe, antes de mais, uma imagem da paisagem urbana ainda tão sincrética como os múltiplos e indistintos sons e odores que lhe invadiam os sentidos. Mas, fosse qual fosse a área ocupada pela cidade ou vila, a muralha – da qual passava a ter uma visão mais completa – impunha-se outra vez como protagonista do seu horizonte visual, demarcando simultaneamente, os limites do espaço intramuros<sup>75</sup>. As torres, interrompendo de onde em onde a regularidade da linha das ameias<sup>76</sup>, deixavam adivinhar a existência de pontos de contacto com o exterior, isto é, portas e postigos semelhantes ao que tinha acabado de franquear<sup>77</sup>. Saídas que apontavam direcções, que ora se esgotavam no sector periurbano próximo<sup>78</sup>, ora se perdiam em destinos afastados<sup>79</sup>. Umhas e outras muitas vezes recordadas por uma toponímia sugestiva, que dava às portas o nome do local para onde se orientavam os caminhos que delas partiam. Não acontecia assim com a porta de Braga em

Ponte de Lima, a porta de Leiria em Santarém ou a porta de Faro na vila de Loulé<sup>80</sup>?

Torres, portas e postigos articulavam-se, sem dúvida, com o exterior, mas faziam-no de uma forma ainda mais óbvia com intramuros, uma vez que, conforme a experiência ensinara ao visitante, balizavam as principais artérias do núcleo urbano. Orientando os passos na sua direcção teria a certeza de percorrer as ruas mais movimentadas e de atravessar o centro da urbe<sup>81</sup>.

Mesmo quando a cidade ou vila se estendia por uma superfície considerável ou por um terreno acidentado, alguns edifícios não podiam deixar de ser reconhecidos por qualquer recém-chegado. De dimensões avantajadas, feitos em pedra, destacavam-se de uma construção corrente em que predominavam as casas térreas<sup>83</sup> e os materiais modestos e perecíveis<sup>84</sup>.

Associado à muralha, o castelo herdava dela a altura e o aspecto fortificado que o impunha aos olhos do visitante e que simultaneamente, lhe conferia uma imagem de autoridade, aparato bélico e também, a segurança de uma protecção certa nas horas de perigo<sup>85</sup>. Às vezes, o fulgor das pedras recém-aparelhadas sugeria a sua recente inserção na topografia urbana<sup>86</sup>. Mas, na maior parte dos casos, o castelo tinha acompanhado desde sempre as certezas e incertezas da comunidade que se instalou a seus pés, podendo até ter funcionado como núcleo de origem da vila ou cidade<sup>87</sup>.

Se o castelo se distinguiu pelas suas altas e espessas paredes, os templos e mosteiros faziam anunciar a sua presença através das torres que se erguiam em direcção ao céu, tal como as preces dos homens que as tinham edificado. Um viajante experimentado saberia, no entanto, distinguir a traça mais complexa de um novo estilo de construção, ainda nos seus primórdios, e que era mais frequente nas claras pedras do Sul do que nos granitos nortenhos<sup>88</sup>. Mas, e o que era mais importante, a presença mais ou menos numerosa destes locais de culto fornecia-lhe o primeiro índice de dinamismo humano das localidades, bem como da riqueza daqueles que as habitavam<sup>89</sup>. Se a procura da intercessão divina fazia os homens erguerem os templos, as suas dádivas tornavam-nos mais belos e ricos, mas sem a sua presença quotidiana não passariam de cenários vazios.

Muralhas, torres, castelo e igrejas impunham-se tanto aos olhos do recém-chegado como o som dos sinos se sobrepunha à cacofonia indistinta dos ruídos urbanos. Sons que assinalavam quer as tradicionais horas de Deus<sup>90</sup> como as novas horas dos homens, onde tanto tinha lugar o começo e o fim da jornada de trabalho como se anunciavam os momentos de alegria, de dor ou de perigo<sup>91</sup>.

Chegou a altura de dar um rosto e um destino ao nosso viajante que até agora tem aparecido sempre como um caminhante sem objectivo, um pou-

co ao jeito desses infatigáveis coleccionadores de paisagens que nos foram legando relatos, por vezes interessantes, das suas deambulações<sup>92</sup>.

Na Idade Média, e tal como acontece nos nossos dias, demandava-se as cidades por variadas razões, o que se traduzia pela necessidade de calcorrear distintos percursos no interior da muralha à procura do objectivo desejado. Uma vantagem para quem, como nós, pode acompanhar qualquer desses caminhos e assim, conhecer melhor a paisagem urbana.

Se a localidade a que tinha chegado era apenas mais uma etapa do seu caminho, o viajante podia simplesmente atravessá-la, pois muitas estradas principais e até secundárias compreendiam troços urbanos que se estendiam entre duas portas de entrada e delineavam uma artéria de intensa ocupação humana<sup>93</sup>. Que em muitos casos era a rua mais importante do centro urbano como a toponímia registava, ao denominá-la, em certas regiões europeias, de rua Grande<sup>94</sup> e em Portugal de rua Direita<sup>95</sup>.

Se o crepúsculo já avermelhava o horizonte ou se a invernada desabava em chuva e vento, o bom senso aconselhava o nosso companheiro de viagem a procurar abrigo. Não teria, no entanto, de se afastar muito da porta por onde entrara e/ou de qualquer das artérias de saída: a estalagem, se bem que nem sempre fosse uma construção assinalável<sup>96</sup>, situava-se na imediata proximidade desses locais<sup>97</sup>. Se além de andarilho fosse pobre ou doente, encontraria auxílio e tratamento na albergaria ou no hospital que, tal como a estalagem, se localizava no trajecto dos passantes<sup>98</sup>.

Tratando-se de um homem da Igreja, o seu destino seria com certeza, a hospitalidade de mosteiros ou igrejas, que lograria atingir orientando-se pelo perfil dos campanários ou pelo toque dos sinos<sup>99</sup>.

Se o seu Deus fosse outro e as suas vestes tivessem os sinais vermelhos que distinguiam os filhos de David<sup>100</sup>, o seu caminho seria necessariamente outro. Em Portugal, se bem que as judiarias pudessem ocupar áreas razoáveis<sup>101</sup> – em cidades maiores como Lisboa podiam existir duas judiarias<sup>102</sup> –, só raramente eram fechadas, ao contrário do preconizado pelos textos legislativos e do que os povos insistentemente pediam<sup>103</sup>. Nas localidades mais pequenas, o espaço reservado aos judeus limitava-se a uma artéria de toponímia óbvia – rua da Judiaria<sup>104</sup> – e onde não era incomum encontrar também população cristã<sup>105</sup>. Em ambos os casos era sempre bom procurar a linha de muralha, pois esta, em muitos casos, delimitava a zona reservada a essa comunidade étnica<sup>106</sup>. O bairro judaico constituía, todavia, um autêntico microcosmos com a sinagoga<sup>107</sup>, o poço<sup>108</sup> e os açougues onde se talhava a carne de acordo com tradições bem diferentes das dos cristãos<sup>109</sup>. A identidade deste espaço resultava também, da presença de gentes de vestuário e fala distinta, e de um quotidiano que encontrava no sábado o seu dia santificado.

9  
Rua  
Direita

10  
X de  
Judaica  
esp  
Judaica

Mas talvez o nosso companheiro de viagem fosse um emissário encarregado de trazer ao núcleo urbano notícias – uma declaração de guerra; o anúncio de um tratado de paz<sup>110</sup>, de um casamento ou de um nascimento reais<sup>111</sup> – ou documentos, quer estes fossem emanados pela administração central<sup>112</sup>, pelo rei<sup>113</sup>, por outros concelhos<sup>114</sup> e até, por particulares<sup>115</sup>. No primeiro caso teria que dirigir-se ao centro da vila até encontrar a casa do concelho<sup>116</sup>, onde comunicava as boas ou más notícias que o pregoeiro do concelho era depois encarregado de espalhar pelas ruas e praças da localidade<sup>117</sup>. Se a sua bolsa trazia documentos, o seu destino podia variar: ou a casa do concelho, ou o castelo onde residia o alcaide ou então, o edifício – por vezes era uma das próprias torres da muralha – onde se tinha instalado a sede do almoxarifado<sup>118</sup> ou o tribunal.

Por outro lado, podia tratar-se de um habitante do termo, que demandava o núcleo urbano para solver fintas e talhas concelhias<sup>119</sup> ou, para colaborar nas obras da muralha e/ou na sua limpeza<sup>120</sup>. Podia também vir pagar ao proprietário a renda da terra que ocupava<sup>121</sup> ou, então, pôr uma demanda judicial. Objectivos que correspondiam a destinos diversos, que iam da casa do concelho ao eirado da muralha, da casa de um particular à sede de uma instituição religiosa, passando pela morada do juiz ou do almoxarife. Trajectos que, uma vez passado o espanto da primeira vez, se tornavam familiares, fazendo-o entender-se através das ruas e ruelas e chegar rapidamente e sem enganos ao seu destino.

Às vezes, o visitante não era um simples anónimo, mas sim uma personalidade ilustre: um dignitário eclesiástico<sup>122</sup>, um grande senhor laico<sup>123</sup> ou até, o próprio rei<sup>124</sup>. Não teria, porém, de procurar o seu caminho, mas sim de seguir direcções que lhe eram apontadas por caminhos cobertos de ramagem e flores e ladeados por casas que ganhavam a vivacidade e a cor dos seus enfeites e pela presença de uma massa de gente ruidosa e animada<sup>125</sup>. O seu itinerário – que percorria as ruas mais importantes da localidade<sup>126</sup> – terminava na igreja matriz, na sé, no paço ou no castelo<sup>127</sup>, onde o esperavam cerimoniais e folguedos que faziam dessa visita uma data inesquecível para todos os que a ela assistiam<sup>128</sup>.

Mas se o visitante ilustre podia beneficiar da imagem única de uma paisagem urbana em festa, o mesmo não acontecia com o vulgar forasteiro, a quem era oferecido o rosto quotidiano da vila ou cidade, sem o disfarce de enfeites temporários. Podia assim conhecer melhor a topografia urbana, onde reconhecia soluções familiares e se apercebia da morfologia exterior das diferentes construções. Porque, para chegar a qualquer dos destinos que temos vindo a enunciar, tinha que atravessar grande número de ruas, ruelas e praças da localidade. Avancemos então.

As artérias medievais eram quase sempre estreitas e sinuosas<sup>129</sup>, ainda sem pavimentos ou passeios que evitassem as lamas invernosas ou as poeiras de Verão<sup>130</sup>. Ruas que viam o seu espaço diminuído pela irregular distribuição das fiadas compactas de casas<sup>131</sup>, que projectavam balcões e sacadas<sup>132</sup> sobre a via pública, impedindo tantas vezes o passante de ver o fim da rua. Os passadiços, bastante frequentes, tornavam-na mais escura e sombria, dificultando, em certos casos, a passagem de homens a cavalo ou de carroças com cargas elevadas<sup>133</sup>. Ruas onde se acumulavam imundícies<sup>134</sup>, por onde escorriam águas fétidas<sup>135</sup> e por onde circulavam, em perfeita convivência, homens, cães, galinhas, patos e até porcos<sup>136</sup>. Um cenário tão familiar ao nosso companheiro que não lhe causava qualquer estranheza. Não podia contudo deixar de apreciar as tentativas da vereação para melhorar as condições de salubridade do núcleo urbano<sup>137</sup>. Com efeito, e apenas para citar um exemplo, a instituição do aviso de *água vai!* ajudou o passante a poupar o incómodo de uma molha indesejada e mal-cheirosa...<sup>138</sup>.

O olhar do viajante percorria as construções que ladeavam o seu caminho e notava o ar deteriorado de muitas delas<sup>139</sup>, o que o levava a pensar que as cidades e vilas medievais eram um imenso e permanente espaço em construção, pois havia sempre reparações a fazer e/ou pardieiros a recuperar<sup>140</sup>. Saberia também reconhecer a abundante e generalizada utilização de madeira nos edifícios bem como o aproveitamento de materiais de fácil obtenção regional e/ou local. Apercebia-se decerto, da fragilidade dessas construções, que os escombros de um qualquer incêndio recente recordavam<sup>141</sup>. Casas pardas, de telhados de colmo<sup>142</sup> e às vezes de telha<sup>143</sup>, com poucas aberturas e sem o brilho transparente das vidraças<sup>144</sup>. Um quadro que nos parece pobre mas que o homem medieval, habituado à modéstia das habitações camponesas, considerava de excelente qualidade<sup>145</sup>.

Deste panorama destacavam-se naturalmente, algumas casas de maiores dimensões, feitas em pedra – ou pelo menos utilizando mais quantidade desse material<sup>146</sup> –, às vezes com uma escada exterior, uma varanda, um alpendre<sup>147</sup>, e em casos especiais com uma torre, que as aproximava do tipo de habitação senhorial<sup>148</sup>. Pertenciam às famílias locais de condição económica mais desafogada, e, se por um lado marcavam diferenças sociais entre os homens<sup>149</sup>, por outro constituíam referências na paisagem urbana.

Mas de uma maneira geral, as fachadas destas habitações eram estreitas<sup>150</sup> e não era frequente ultrapassarem a altura de um rés-do-chão e primeiro andar<sup>151</sup>. Em artérias mais congestionadas, em que o problema da falta de espaço era mais notório, as casas podiam crescer em altura<sup>152</sup>, propiciando a manutenção da família unida mesmo depois do casamento dos filhos<sup>153</sup>. Através das portas e janelas, entreabertas para deixar passar a luz<sup>154</sup>, o viajante podia notar que estas casas se estendiam longitudinalmente em direc-

ção às traseiras<sup>155</sup> onde, se fosse convidado a entrar, encontrava uma pequena horta, às vezes também um jardim e mais raramente algumas árvores de fruto<sup>156</sup>. Sinais da presença do campo no mundo urbano, da alma de camponês que sobrevivia ainda em cada habitante de vila ou cidade e que o fazia, como analisámos anteriormente, continuar a cultivar pequenas parcelas hortícolas e a manter espaços verdes no interior da muralha.

A rua medieval não era apenas uma via de circulação rodeada de habitações. A rua era o cenário do labor quotidiano, o que lhe conferia, entre o nascer do Sol e o toque das nove horas, uma identidade própria que atribuía a cada artéria uma fascinante individualidade. Com efeito, através das portas abertas das casas ou mesmo à soleira delas podia o viajante observar homens e mulheres irmanados no seu trabalho, tecendo, cortando, talhando, cosendo ou martelando e, como era inevitável, rindo, conversando, cantando e, nos dias piores, lamentando-se<sup>157</sup>. Pelas suas mãos passavam os rijos couros, os tecidos grosseiros, as finas escarlatas, o brilho da prata ou o fulgor do ouro<sup>158</sup>. O resultado do seu labor multiplicava-se em peças de vestuário de coloridos tecidos, em utensílios de madeira ou metal, em couros talhados ao gosto mais recente e que eram expostos em bancadas e tabuleiros à porta da casa-oficina<sup>159</sup>. Os sons do trabalho misturavam-se com os pregões das mercadorias e também com o cheiro a novo dos couros e tecidos e sobretudo, com as cores brilhantes e os odores penetrantes dos produtos alimentares. Assim, os quarteirões comerciais, que marcavam o coração da urbe, distinguiam-se menos pelas suas características topográficas e/ou arquitectónicas do que pelo bulício das gentes que aí trabalhavam ou pela animação e diversidade dos que aí acorriam.

Este mundo do trabalho não era tão caótico como a multiplidade de ruídos, cheiros e cores que dele emanava. Passagens por outras cidades e vilas tinham ensinado ao forasteiro a entender-se e a saber guiar os seus passos quando queria algo específico. Sabia que nas ruas importantes, nas mais propícias à passagem de viajantes, podia encontrar toda a sorte de comércio, especialmente aquele que não esgotava a sua possível clientela na população intramuros, como acontecia com os alfaiates, os sapateiros, os ourives, os marceneiros, entre outros<sup>160</sup>. Os ofícios da alimentação, mais dirigidos para quem habitava o núcleo urbano, preferiam as artérias secundárias, libertando assim o passante do horror suplementar do fétido espectáculo das reses mortas ou em agonia, dos carnicheiros sujos de sangue ou do mau cheiro das peixeiras<sup>161</sup>. Uns e outros procuravam a proximidade da água: as peixeiras na Ribeira, enquanto as carniçarias se alojavam nas cercanias da fonte ou poço da localidade<sup>162</sup>.

Os ferreiros (e os outros ofícios do metal) precisavam de espaço e água e deveriam, além disso, ser pouco apreciados como vizinhos devido ao

constante barulho do bater dos metais e o risco de incêndio devido à proximidade das forjas. Para encontrá-los havia que procurar uma zona periférica, de preferência na proximidade da Ribeira<sup>163</sup>.

Mas, neste momento, quase parece que o nosso companheiro de viagem se deixou encantar por tudo aquilo que o rodeia e que o leva a considerar o mundo urbano verdadeiramente fascinante. Há que fazê-lo prosseguir a jornada até chegar ao centro da localidade, isto é, à praça. Geralmente de forma rudimentar, constituía sempre o local onde melhor se podia sentir o palpitar da vida urbana.

Esse espaço restrito, acanhado para os nossos padrões actuais, funcionava como um espaço de convívio social, onde se trocavam notícias e boatos, onde se podia mandar redigir um documento<sup>164</sup>, onde podia ter lugar uma reunião dos homens bons<sup>165</sup>. Onde se comprava e se vendia<sup>166</sup>. Onde tinham lugar representações teatrais<sup>167</sup> e largadas de touros<sup>168</sup>. Onde decorriam procissões<sup>169</sup> e também onde se podia rezar, pois em cada praça não deixava de estar sempre presente, a silhueta tutelar de uma igreja<sup>170</sup>.

Uma vez visitada a praça, o forasteiro podia abandonar a cidade ou vila, pois o mundo urbano já tinha desvendado perante os seus olhos todos os seus segredos e vantagens. Era já tempo de virar costas e retomar o caminho de saída, constatando ainda, e conforme os seus passos se afastavam do centro, que algumas artérias secundárias, que partiam daquela que calcorreava, deixavam adivinhar um outro espaço urbano, feito de silêncios, de áreas de armazenamento<sup>171</sup> e de residências de clérigos ou de membros das elites urbanas que dispunham do dinheiro capaz de comprar essa tranquilidade.

Quando ultrapassou a porta de saída, o forasteiro levava os olhos cheios de sugestivas imagens e os ouvidos plenos de sons. O coração, esse, estava já desejoso de voltar. O mundo urbano tinha-o conquistado. E definitivamente.

Uma vez terminada a jornada e em jeito de breve conclusão podemos constatar que a topografia dos núcleos urbanos medievais apresentava uma matriz comum. Mais clara nos primeiros tempos do seu crescimento ou nas localidades de menor dimensão tornava-se, todavia, mais complexa e obscura conforme se processava o adensamento da malha urbana. Era sempre possível, no entanto, reconhecer a importância e a permanência de elementos da paisagem urbana como o castelo, a muralha, as portas ou as igrejas, que funcionavam como pólos de ordenação da ocupação humana e conseqüentemente das artérias da localidade. Sendo os núcleos urbanos centros transformadores e distribuidores de produtos, tornava-se inevitável que estas funções condicionassem também a paisagem urbana.

clusiva das comunidades que as habitavam enquanto para os seus vizinhos cristãos, surgiam como locais de acesso limitado. As mourarias, quase sempre exteriores à muralha, eram rodeadas por uma cerca de pedra<sup>115</sup> enquanto as judiarias fechadas eram mais próprias das cidades mais importantes, onde as comunidades atingiam dimensão considerável, mais indutora da obrigatoriedade da segregação espacial.

Umas e outras encerravam-se ao toque das *Avé-Marias*<sup>116</sup> e o acesso das populações cristãs a estes espaços marginais, mesmo durante o dia, encontrava-se condicionado, em especial às mulheres, que só podiam aí entrar acompanhadas por um homem cristão<sup>117</sup>. Interdições que se tornavam ainda mais restritivas em relação à movimentação dos membros destas minorias através das áreas cristãs. Judeus e mouros deviam sujeitar-se a limitados horários de circulação no exterior das suas zonas de residência, não podendo entrar sozinhos nas casas cristãs nem beber nas tabernas<sup>118</sup>.

O rigor destas medidas, claramente inibidor do convívio entre as diferentes comunidades, apesar de nem sempre cumprido – nos núcleos urbanos de menor dimensão a rua da Juduaria apesar de periférica e confinante com a muralha integrava-se plenamente na tessitura urbana –, não deixava todavia, de remeter judeus e mouros para os seus espaços específicos, onde a vivência da dicotomia entre público e privado, se bem que no essencial semelhante à das comunidades cristãs, não deixava contudo de se adaptar a ritmos quotidianos claramente influenciados por exigências religiosas bem distintas. Espaços públicos que estavam ligados a locais de prática religiosa como as sinagogas e as mesquitas e onde se tornavam bem mais claras do que nas áreas cristãs, as diferenças entre homens e mulheres. Calendários religiosos específicos eram responsáveis por distintos ritmos quotidianos, fazendo com que o sábado fosse o dia de lazer e de manifestação religiosa das juduarias.

## CONHECER E NOMEAR: A TOPONÍMIA DAS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS

### INTRODUÇÃO

O cidadão dos dias de hoje jamais poderia aceitar que as ruas, praças e avenidas por onde se movimenta, não sejam identificadas por um designativo devidamente assinalado por uma placa toponímica. Sem esses referentes – um nome mais ou menos extenso, uma letra ou um simples número – sentir-se-ia perdido, incapaz de se orientar através de cidades que o explosivo crescimento das últimas décadas tornou demasiado grandes para serem apreendidas na globalidade. E só a toponímia o pode ajudar a compensar ritmos de destruição/construção cada dia mais alucinantes ou o desaparecimento de cores, formas, cheiros e sons que ajudavam a fazer a identidade de uma rua ou de uma praça.

Contudo, a toponímia actual tende, cada vez mais, a ser uma simples convenção pois resultou de cíclicas ondas comemorativas que espalharam por todas as vilas e cidades portuguesas nomes e datas que o correr do tempo tem esvaziado de sentido<sup>1</sup>. Dissociados da realidade, esses designativos chegam a invadir os denominados *centros históricos* sobrepondo-se a topónimos tradicionais bastante sugestivos, o que torna menos imediato o reconhecimento das artérias mais antigas<sup>2</sup>. E é apenas nas áreas de urbanização incipiente ou marginal que os moradores conseguem influenciar as designações toponímicas, permitindo a sobrevivência da memória de uma outra forma de organizar o espaço<sup>3</sup>.

Exactamente o contrário do que acontecia nos núcleos urbanos medievais. Aí, a identificação de uma artéria ou de um espaço aberto partia do concreto e resultava, antes de mais, de uma apreensão visual que incluía a disposição das construções, os materiais utilizados, a existência de elementos decorativos, as actividades económicas dominantes e que se completava com a percepção de ruídos e cheiros característicos. O nome atribuído resultava assim óbvio, consensual para moradores e forasteiros, tornando desnecessárias as placas toponímicas<sup>4</sup>.



Mas esta realidade viva e variada perde-se, em grande parte, nos textos escritos disponíveis que constituem quase o único caminho que nos resta para chegar até essas paisagens urbanas há tanto tempo desaparecidas. É preciso não esquecer que os detentores da escrita no meio urbano – na sua maioria tabeliães, escrivães e funcionários – conheciam, por dever de ofício, melhor do que ninguém, o espaço em que viviam e por isso, nem sempre achavam necessário perder tempo com descrições pormenorizadas, bastando-lhe um simples topónimo para localizar pessoas e bens. De mais não precisavam para satisfazer os objectivos administrativos e/ou fiscais dos textos que escreviam. Mas ainda assim dados suficientemente reveladores. Sinais que fazem chegar até nós ecos da organização do espaço urbano e do modo como o entendiam aqueles que aí tinham de viver. Comuns a qualquer vila ou cidade mas variando em qualidade e quantidade com a dimensão por elas atingida e, principalmente, com a maior ou menor generosidade das fontes manuscritas, esses topónimos traduzem a maneira como o homem medieval afeiçoava um determinado espaço de forma a ser por todos reconhecido como urbano.

Os estudos sobre núcleos urbanos medievais empreendidos em Portugal durante os últimos anos permitiram a recuperação de um número considerável desses topónimos com que se designavam ruas, praças, rossios, portas e postigos. Uma amostragem que tem de ser encarada com algumas reservas. A toponímia que é possível reunir provém, na sua maioria, de núcleos urbanos de pequena ou média dimensão, com uma distribuição geográfica desigual – predomínio do litoral sobre o interior e da Estremadura sobre as restantes regiões do país – e que tem nos séculos XIV e XV a sua cronologia dominante<sup>5</sup>. Por outro lado, não se pode ainda contar com a contribuição de uma cidade que se revelou paradigmática durante toda a Idade Média: Lisboa<sup>6</sup>. Tudo o que se possa afirmar apresenta-se, por isso, aberto a uma revisão, gerada por novos estudos sobre outras localidades e que podem vir a preencher vazios, confirmar preferências ou contradizer certezas.

Apesar dos limites apontados e do risco de conclusões prematuras não se pode ficar indiferente ao fascínio destes designativos, produzidos de uma forma tão espontânea. Vejamos então o que a toponímia urbana medieval pode revelar.

## 1. A PAISAGEM URBANA

Para o homem medieval, o espaço onde vivia era a mais clara e impositiva das realidades, pois aí se manifestavam, de forma evidente, os efeitos da luta, tenaz mas desigual que desde sempre mantinha com a natureza. Con-

forme ia submetendo esses espaços tendia a semeá-los de nomes, que tanto insinuavam a presença mal contida de elementos naturais como a sua total sujeição. Um confronto que a toponímia rural expressava ao dividir-se entre referências a uma natureza selvagem e as que expressavam as transformações conseguidas pela vontade e esforço do homem<sup>7</sup>.

Uma oposição que se esbatia nas vilas e cidades. Aí, estava-se perante um espaço vitoriosamente alterado por uma acção humana profunda e permanente, que em vez de rasgar clareiras nas florestas ou sulcos mais ou menos profundos para lançar sementes à terra, antes construía edifícios, abria ruas e traçava praças. Assim, as alusões ao meio natural tendiam a escassear, substituídas pelas que transmitiam os resultados mais visíveis do árduo trabalho que tinha sido necessário fazer para transformar um determinado espaço numa paisagem urbana<sup>8</sup>.

Designações toponímicas que permitiam apreender toda a diversidade das artérias e espaços abertos. Mas que pareciam esquecer deliberadamente a construção corrente, ou seja, as casas de morada que formavam as ruas e praças, preterindo-as a favor dos edifícios notáveis<sup>9</sup>. Deixando que apenas possa emergir um enganador cenário de pedra que contribuía para acentuar a fascinante singularidade que os núcleos urbanos assumiam numa civilização essencialmente tributária da madeira como era a do ocidente medieval<sup>10</sup>.

As distintas formas de nomear ruas e espaços abertos – que ainda hoje sobrevivem nas áreas ditas *históricas* de muitas cidades e vilas portuguesas – salientavam as suas diferenças e hierarquizavam a sua importância. *Becos, vielas e azinhagas* contemplavam serventias localizadas ou zonas de ocupação ainda incipiente<sup>11</sup>. Se o seu objectivo era a ligação entre níveis topográficos cediam lugar às *calçadas, infestas e escadas*<sup>12</sup>. No sul de Portugal, tradicionalmente mais permeável às reminiscências da ocupação muçulmana, podia encontrar-se a rua *Cega*, ou seja, sem saída, de extensão muito reduzida e de serventia ainda mais localizada<sup>13</sup>. Exemplo extremo de urbanização espontânea, em que interesses individuais se sobrepunham aos da comunidade.

O recurso a um designativo toponímico mais preciso significava que uma artéria ou um espaço aberto tinha adquirido uma densidade de ocupação significativa, sancionando-se também a sua importância económica ou o contacto que estabelecia. Abandonavam-se referências mais genéricas, vagas mesmo<sup>14</sup>, ou deixava de recorrer-se a perífrases, tais como rua *pública como vai descendente* ou rua *que começa... como vai para... como vem de parte sestra*<sup>15</sup>. A associação do qualificativo *novo/nova* a um topónimo pré-existente, acrescentando-se a este último a palavra *velho/velha* – rossio *velho* por exemplo<sup>16</sup>, ajudava a distinguir as áreas antigas das mais recentes, marcando, simultaneamente, ritmos de ocupação<sup>17</sup>.

As ligações mais importantes e concorridas eram denominadas de *ruas públicas* – marcava-se dessa maneira uma oposição com o espaço doméstico que era essencialmente privado<sup>18</sup> – e a sua intercessão, era conhecida pelo sugestivo designativo de *cruz*<sup>19</sup>. Os eixos principais, que ligavam e ordenavam os principais pólos de ocupação humana e se articulavam com o exterior distinguíam-se através da junção do qualificativo *direita*, o qual, contrariando a interpretação mais óbvia, antes queria chamar a atenção para o percurso de contacto mais directo<sup>20</sup>. A adensar a malha urbana de cidades e vilas de maior dimensão surgiam as *ruas travessas*, que derivando dos eixos principais, reforçavam os laços entre as artérias mais importantes<sup>21</sup>.

Nos congestionados núcleos urbanos medievais quase não havia lugar para espaços livres de construções. Só nas periferias, onde a ocupação era mais rarefeita e menos apetejada, surgiam os *rossios*, *campos* ou *terreiros*<sup>22</sup>. Associados aos templos encontravam-se os *adros*, onde não era inusitada a presença de um cemitério<sup>23</sup>. E foi muitas vezes a partir desses adros que, Idade Média adiantada, se partiu para a organização intencional de uma verdadeira praça, mais de acordo com as preocupações urbanísticas que, por essa altura, se apoderaram dos membros das magistraturas concelhias<sup>24</sup>.

Como já foi dito anteriormente, das casas que bordejavam as ruas ou enquadravam as praças pouco ou nada transparecia na toponímia. Construídas em materiais pouco nobres, por demais sensíveis às deprações causadas pelo tempo, pelos incêndios ou pelas inundações<sup>25</sup>, raramente adquiriam identidade arquitectónica ou decorativa capaz de as singularizar de entre a massa compacta de construções pardacentas, de modo a poderem associar-se ao nome da rua ou praça onde se situavam.

Apenas os edifícios de pedra conseguiam deixar marcas na toponímia. Distinguiam-se pela monumentalidade, pelos materiais de construção empregues, susceptíveis de maior perenidade e também pela utilização alargada que os fazia por todos conhecidos. De entre eles, impunha-se o *muro* ou *cerca*, não só porque emprestava o seu nome às artérias que lhe eram paralelas ou que para ele se dirigiam mas principalmente, porque era a confrontação mais frequente, o ponto de referência mais indiscutível para moradores e forasteiros<sup>26</sup>. A sua omnipresença pode hoje parecer enclausurante mas, para os moradores de então, exalava a reconfortante tranquilidade da barreira que fazia frente a todas as ameaças<sup>27</sup>. Viviam-se num espaço fechado, sem dúvida, mas não deixava de valer a pena pois em tudo era diferente dos campos cultivados, dos pastos e florestas que o olhar podia apreender nos limites do horizonte.

A menção a ruas da *porta de...* ou do *postigo de...* era comum a todos os núcleos urbanos medievais e apontava os locais onde era possível estabelecer contacto com o exterior da muralha onde por vezes, a ela encostados,

se desenvolviam os *arrabaldes*, zonas onde se confinavam os que já não encontravam lugar no espaço intramuros. Os designativos que se associavam a essas aberturas insinuavam um sítio único, dividido entre uma ruralidade próxima e o apelo de caminhos que conduziam a outras vilas e cidades, apontando essas constelações urbanas tão características da Idade Média<sup>28</sup>. Quem habitava o interior da cerca não deixava de se aperceber da fragilidade desses pontos de ruptura numa estrutura de defesa, uma angústia que se depreendia *na porta da Traição*. Havia que combater essa vulnerabilidade, adossando-lhe uma torre – *porta da Torre*<sup>29</sup> – ou recorrendo à ajuda de Deus, através da mediação dos santos, de que resultavam designações como as das portas de *St.ª Luzia*, de *S. Domingos*, de *S. João* ou de *St.ª Ana*<sup>30</sup>.

As estruturas de defesa de qualquer núcleo urbano completavam-se, quase sempre, com a existência de um castelo que, apesar de associado à muralha, nunca se confundia com ela. Com efeito, as artérias que para ele se dirigiam herdavam-lhe a designação – *rua do Castelo*<sup>31</sup> – o que fazia intuir a sua identidade arquitectónica e até porque não, o seu valor simbólico como sede de um poder militar que, na maior parte dos casos, era exterior à vila ou cidade.

Muralha, portas e castelo não eram os únicos elementos da paisagem urbana com monumentalidade e importância suficientes para se imporem aos moradores e conseqüentemente, deixarem rasto nas designações toponímicas. A construção de uma igreja ou mosteiro, de uma residência régia ou aristocrática ou de qualquer edifício com fins administrativos ou judiciais repercutia-se imediatamente no nome da artéria ou praça onde se localizava, fazendo com que se passe a chamar, por exemplo, *rua diante da Igreja*, do *Paço do Rei*, da *Cadeia* ou mesmo da *Alfândega*<sup>32</sup>. Afinal, o reconhecimento de uma volumetria e de uma arquitectura menos vulgares que, aliando-se a uma utilização colectiva, lhes conferia singularidade.

## 2. TRABALHO E CONSUMOS

Hoje em dia, sempre que alguém se depara com um nome de rua ou praça que invoque antigos ofícios manuais tende logo a considerá-la como medieval, pois é ideia corrente que foi durante a Idade Média que se vulgarizou essa preferência toponímica que a inércia dos homens e do tempo foi deixando sobreviver. Se quanto ao reconhecimento do espaço pode haver enganos, o mesmo não acontece em relação à escolha do nome. Com efeito, muitas das artérias das vilas e cidades medievais herdavam a sua designação das actividades artesanais que predominantemente nelas se desenvol-

viam. Percorrer essa toponímia, isolando os seus denominadores comuns, permite não só o reencontrar das actividades quotidianas de grande parte dos moradores dessas localidades mas também, uma aproximação ao dinamismo económico da comunidade.

De acordo com as designações toponímicas até agora disponíveis, a cidade surge como um centro transformador, onde matérias-primas semitratadas, tais como peles, tecidos, corda, madeira ou metais eram trabalhadas até à obtenção de produtos acabados. Com um grau de especialização variável, que nos núcleos urbanos mais pequenos era tão débil que mais não conseguia gerar do que uma rua dos *Sapateiros*<sup>33</sup>, mas que em cidades como Lisboa, Porto ou Évora se desdobrava por várias artérias. Nesta última localidade, os trabalhos em pele originaram, pelo menos, as ruas dos *Albardeiros*, da *Selaria*, da *Correaria Velha* e a dos *Odreiros*<sup>34</sup> podendo chegar a constituir áreas exclusivas como era o caso das *Saboarias*, das *Ferrarias* ou das *Tanoarias*<sup>35</sup>.

Destas designações toponímicas ressalta a certeza que grande parte da população urbana ocupava os seus dias de trabalho em actividades artesanais – predominavam os ofícios relacionados com o vestir, o calçar e com o trabalho do ferro<sup>36</sup> – realizadas, na maior parte dos casos, na casa onde vivia, que por isso assumia também a condição de oficina. E era ainda local de venda, uma vez que o artesão expunha, em tabuleiros lançados sobre a rua, os produtos que ia fabricando<sup>37</sup>. Podia então parecer que todo o espaço urbano era um imenso e permanente mercado cumprindo dessa maneira, uma das principais vocações das vilas e cidades: a de serem centros privilegiados de trocas.

Mas é exactamente a toponímia quem nos vem ajudar a ordenar esses espaços comerciais através da diversidade com que os qualifica, assinalando não apenas distintas envergaduras de negócio, como a autonomia e especialização de certas áreas de compra e venda no conjunto de todo o intramuros.

A preferência por esses designativos garantia que deveria ser expressivo o número de cidadãos que se dedicava a actividades puramente comerciais, mas com níveis de sucesso necessariamente diferentes, que os coevos não deixavam de assinalar. Ao distinguir as ruas dos *Mercadores* das ruas das *Tendeiras* ou das *Mostardeiras*<sup>38</sup> separava-se o grosso trato do pequeno comércio, este último de importância mais reduzida pois até podia ser confiado a mulheres.

Hierarquias que também se faziam notar na forma de denominar as áreas reservadas às compras e vendas. Apesar de ser notória a preferência por espaços abertos – *rossios*, *praças*, *terreiros* – mais propícios à instalação de mercados e feiras periódicas e à circulação de um número conside-

rável de compradores, a tendência era para a criação de pontos fixos de venda tais como as tendas ou *boticas*, corolário da estabilidade de compradores e vendedores<sup>39</sup>.

Mas não se chegava ao extremo de, como acontecia nas cidades muçulmanas, se construírem edifícios destinados a albergar a comercialização de um determinado produto ou conjunto de produtos<sup>40</sup>. Uma regra que se confirmava com uma excepção: o *Açougue*. Uma construção que se podia encontrar em praticamente todos os núcleos urbanos medievais e que se destinava à manipulação e venda de carnes<sup>41</sup>. Uma actividade que pedia algum recato, pois era demasiado violenta, mesmo para as gentes medievais, a junção do cheiro das tripas, do vermelho do sangue e dos sons produzidos pelas facas e pela agonia das reses<sup>42</sup>. Desses locais derivavam as ruas dos *Açougues* ou sua variante que era a rua da/s *Carniçaria/s*<sup>43</sup>.

A autonomia toponímica dos espaços de fornecimento alimentar não se limitava à carne, pois também levava em conta outros elementos base da dieta medieval tais como o pão ou o peixe. O elevado consumo de pão – para uns acompanhamento, para outros prato único – aconselhava que se reservassem para a sua comercialização espaços abertos que recebam o nome de *Fangas*<sup>44</sup>. O peixe, imprescindível para resolver o problema dos cento e sessenta dias anuais de abstinência<sup>45</sup>, não influenciava a toponímia das cidades e vilas que bordejam os rios ou o mar, porque todos sabiam que era na *Ribeira*, à chegada dos barcos, que o deviam procurar. Mas em localidades do interior justificava-se a autonomia espacial que se traduzia numa praça do *Peixe*, ou um açougue *do Peixe*<sup>46</sup>.

A cidade assumia-se assim como um local privilegiado de produção e consumo, destacando-se não só pela quantidade como pela qualidade, que nos núcleos urbanos mais importantes podia até contemplar actividades mais requintadas<sup>47</sup>. Atente-se, por exemplo, à presença de ruas da *Ourivesaria*, do *Cendal* (tecido de seda fina), ou dos *Pasteleiros* em localidades como o Porto, Évora ou Santarém<sup>48</sup> respectivamente. De certa maneira pode dizer-se que estas escolhas toponímicas eram como que uma proclamação de abundância. Uma outra forma de dizer que o mundo urbano tinha conseguido esconjurar o aspecto da fome e da penúria que durante tantos séculos caracterizara o ocidente medieval.

### 3. ÁGUA

Desde sempre foi notório que o abastecimento de água era uma das principais preocupações de uma comunidade urbana. E casos houve em que a escassez de água contribuiu para o estiolar de uma vila ou cidade

sobretudo quando os conhecimentos tecnológicos eram ainda insuficientes para ultrapassar essa carência.

Nada era mais indispensável ao quotidiano urbano do que a água. Com ela se matava a sede de homens e animais, se cozinhavam os alimentos, se faziam limpezas, gastos domésticos que havia que resolver de qualquer maneira numa época que não conhecia ainda a água canalizada. Mas era também a força das águas que fazia mover as mós do moinho onde se moía a farinha, que dava alento aos pisões, lavava os têxteis, mantinha húmida a roda do oleiro, arrefecia o ferro incandescente ou apagava os incêndios.

A água fazia a sua aparição entre a toponímia urbana de maneiras distintas. Em muitos casos essa presença fazia-se notar de forma indirecta através da *Ribeira*<sup>49</sup>. Um designativo que transmitia a ideia de uma vizinhança com um elemento natural – o mar ou o rio conforme os casos – de que se aproveitava as vantagens mas que, a qualquer momento podia surpreender com furores indomáveis que só a solidez da muralha podia conter. Outras vezes era de uma evidência desarmante como acontecia na rua da *Água* da Leiria medieval<sup>50</sup>.

E porque o homem medieval, ao contrário dos que vieram depois dele, tinha da água uma visão utilitária, a sua preocupação era subjugar-lá, conduzindo-a para os locais onde pudesse servir o maior número de pessoas<sup>51</sup>. Obra de envergadura, a construção do *cano* colava-se à artéria por onde passava originando as ruas do *Cano* ou dos *Canos* e até do *Cano Real* quando se queria recordar o financiador do empreendimento<sup>52</sup>.

Canos que terminavam em fontes ou nos mais elaborados chafarizes que passavam a auxiliar a individualização da rua onde se localizavam. E distinguiam-se as boas águas das más, sendo a rua da *Fonte Santa* de Santarém um bom contraponto à portuense rua da *Fonte da Aurina*<sup>53</sup>. Se as ruas da *Fonte* eram frequentes, o mesmo não acontecia com a rua do *Poço*<sup>54</sup>, o que não se pode estranhar pois esta forma de captação de água raramente era de iniciativa comunitária, antes resultava da vontade de particulares e destinavam-se a seu uso exclusivo. Uma comodidade de que poucos se podiam gabar tendo que arcar com o esforço – maioritariamente feminino – das várias deslocações diárias à fonte que um agregado familiar implicava<sup>55</sup>.

Herdeiro da Romanidade, o ocidente medieval não desdenhava tanto a limpeza do corpo como à primeira vista pode parecer. Hábitos que a Cristianidade ibérica viu reacesos, de maneira particularmente intensa, pelos invasores muçulmanos que transformaram os banhos públicos em autênticos espaços convivenciais<sup>56</sup>. Traços que sobrevivem nas ruas de *Banhos*, mais frequentes a sul do Tejo, zona que durante mais tempo conviveu com a pujança urbana do Al-Andaluz<sup>57</sup>.

#### 4. CRENÇA

Para o homem medieval, a fé em Deus era tão natural e imprescindível como o ar que respirava pois d'Ele lhe vinham o sol e a chuva, o frio e o calor, a alegria e a tristeza, a prosperidade e a adversidade. Deus marcava-lhe a hora de nascer e o momento de morrer. Não admira pois que os homens Lhe reservassem o que de mais belo sabiam construir: as igrejas. E assim se pode encontrar, nas vilas e cidades medievais – à imagem do que acontecia nos campos – um número variável de templos, normalmente proporcional ao dinamismo demográfico da comunidade, os quais, como já foi dito, balizavam a paisagem urbana e influenciavam a toponímia.

Aí, mediante rituais que nem sempre compreendia totalmente, a comunidade procurava a protecção e os favores da divindade utilizando a mediação dos santos, homens e mulheres que tendo passado pelo mundo terreno podiam entender melhor as fraquezas e necessidades dos que imploravam.

É por isso que a análise da toponímia medieval que recorria a nomes de santos, se revela como uma autêntica recuperação de toda uma geografia de cultos, sensível a regionalismos, condicionada pela cronologia e contraditória nas atitudes a tomar perante a tradição e a inovação. Designativos que tanto expressavam o apego à manutenção de velhos cultos rurais, típicos do santoral peninsular, como era o caso do dos apóstolos Pedro e Tiago – presentes em ruas, praças, rossios de *S. Tiago* e/ou de *S. Pedro*<sup>58</sup> – ou dos venerados *S. Julião*, *S. Vicente* e *S. Mamede*<sup>59</sup>, como regionalismos tão enraizados como a devoção a *S. Paio* – Guimarães tinha nada menos do que uma rua, um postigo e uma praça ligadas a esse santo<sup>60</sup> – e a *S. João Baptista* no Entre-Douro e Minho.

Mas que também aceitavam com entusiasmo cultos novos, que valha a verdade, se adequavam melhor ao quotidiano urbano, encontrando por isso nas cidades e vilas, o terreno mais apropriado à sua divulgação. Assim acontecia com *S. Nicolau*, o padroeiro dos mercadores, que emprestava o seu nome a artérias de localidades de conhecida prosperidade mercantil como eram o Porto e Santarém<sup>61</sup>. O sucesso da mensagem pastoral dos Mendicantes junto das comunidades medievais bem como a preferência que demonstraram pela vizinhança dos espaços urbanos para instalar os seus mosteiros, não podia deixar de influenciar a toponímia, especialmente quando os alargamentos de muralhas, ocorridos no século XIV, incorporaram alguns desses edifícios religiosos no perímetro intramuros. Em Portugal, a presença de topónimos invocativos de *S. Francisco* e de *S. Domingos* traçava um percurso de implantação que preferia o sul do rio Douro e as

localidades de maior dinamismo urbano<sup>62</sup>. Afinal aquelas onde se poderia esperar uma maior sensibilidade às propostas espirituais desses filhos da cidade que tinham sido Domingos e Francisco.

Se alguns destes novos cultos agradavam mais a uns do que a outros, o mesmo não acontecia com a devoção à Virgem Maria que reunia uma unanimidade manifestada através de ruas, adros e praças invocativos da sua protecção, que podem ser encontrados de norte a sul do Portugal medievo<sup>63</sup>. Topónimos que correspondiam a templos erguidos em reconhecimento de especial função mediadora de Maria junto de seu Filho. E que atingia a sua expressão máxima quando Lhe confiavam a protecção de todo o espaço urbano através da consagração da igreja mais importante: a Matriz<sup>64</sup>.

A presença de pessoas consagradas a Deus na toponímia é de tal modo contraditória que merece ser realçada. Na verdade oscila entre a dignidade institucional e as mais despojadas propostas de vida religiosa, ou seja, entre ruas do *Cabido*, dos *Clérigos* e as ruas das *Emparedadas* ou dos *Pobres da Serra de Ossa*<sup>65</sup>. Aceitava-se a importância dos Cabidos, a instituição eclesiástica urbana onde tinham assento os membros das mais poderosas famílias e que se associava, geralmente, à igreja matriz. Mas também se reconhecia a justeza e o valor de quem preferia a solidão e a renúncia às riquezas e solicitações que, em tão grande número e variedade, o mundo urbano conseguia oferecer.

## 5. REJEIÇÕES

Mas é chegada a altura de abandonar as artérias centrais dos núcleos urbanos em favor das periféricas e das que se localizavam fora de portas, no denominado arrabalde. A noção de que o espaço intramuros era quase um espaço sagrado livre de impurezas, gerava pulsões de rejeição que remetiam, senão para o exterior pelo menos para as periferias menos frequentadas, tudo o que era considerado demasiado sujo, feio, barulhento ou que pudesse sugerir o mal<sup>66</sup>. Rejeições que podem ser lidas com certa clareza nos designativos que contemplavam essas artérias.

Na periferia do interior da muralha, a qual de resto, lhe vai servir de óbvio limite, encontrava-se em todas as vilas e cidades do Portugal medievo pelo menos uma rua da *Judiaria* que, nas localidades de maior dimensão, se derramava por várias artérias que constituíam uma ou até mais *Judarias*<sup>67</sup>. Esse espaço de confinamento da minoria judaica nem sempre atingia as características de um verdadeiro gueto – isolamento através de muros de pedra – não só porque o seu peso demográfico não era suficiente para

atemorizar a comunidade cristã dominante mas também porque os judeus desempenhavam funções imprescindíveis ao bom andamento do quotidiano urbano. Se as semelhanças entre os labores de cristãos e de judeus originavam maneiras idênticas de nomear algumas das ruas da *Judiaria*, as diferenças tornavam-se claras quando se tratava da expressão da crença. Daí a importância que a sinagoga adquiria na toponímia. Confirmando a sua posição de centro irradiador do poder espiritual e temporal de toda a comunidade que, por isso, emprestava o seu nome a ruas e largos<sup>68</sup>. O clima de intolerância que no decorrer do século XV, se foi desenvolvendo na Península Ibérica rarefez a presença judaica nos centros urbanos e veio a culminar com a expulsão definitiva em 1497. Com a partida dos últimos judeus foram-se as ruas da *Judiaria*, da *Sinagoga* ou do *Midras*. Em seu lugar surgiam as enganadoras ruas *Novas*, que mais não assinalavam do que a vinda de novos ocupantes para as casas vazias<sup>69</sup>.

Numa sociedade urbana que retardava cada vez mais a idade do casamento, as prostitutas eram consideradas como um mal necessário. Contava-se com elas para sustentar os ímpetus juvenis e para minorar a solidão dos desenraizados assegurando assim a tranquilidade das mulheres honestas. A sua presença era tão natural nos núcleos urbanos medievais que até se insinuava, sem vergonha, entre as designações toponímicas. Mas as ruas da *Mancebia* ou da *Putaria*<sup>70</sup> se, por um lado reconheciam o seu papel social, por outro sancionavam o seu confinamento a um determinado espaço que, quase sempre, se queria resguardado dos olhares da gente honesta<sup>71</sup>.

Na Idade Média, o topónimo *Mouraria* isolado ou associado a uma artéria só podia ser encontrado nos reinos e condados cristãos peninsulares. Especificamente ibérico, o movimento da *reconquista* assentou, conforme os séculos iam avançando, na submissão vitoriosa dos prósperos núcleos urbanos do Al-Andaluz. Esse confinamento das comunidades de vencidos a espaços determinados no exterior da muralha era a melhor forma de conciliar a uma tradição peninsular de convivência com as correntes de intolerância vindas de Além-Pireneus. Organizadas em torno da Mesquita, – que quase sempre individualizava a rua que dela partia – as *Mourarias* conheceram com o correr do tempo, um progressivo esvaziamento que, apesar de tudo, não foi capaz de apagar totalmente da toponímia a memória dessa presença, que em Portugal conhecia uma distribuição geográfica precisa da qual se excluía toda a região a norte do rio Mondego<sup>72</sup>.

Os designativos reservados para as artérias que se desenvolviam fora de portas traíam a repulsa que a mentalidade urbana sentia por determinado tipo de ofícios. As ruas de *Couros* ou mais simplesmente, os *Pelames* eram locais onde se concentravam os homens que se dedicavam à curtimenta

das peles, um trabalho demasiado mal cheiroso para ser tolerado no interior do espaço amuralhado<sup>73</sup>. Demasiado sujo e poeirento era o trabalho nas *olarias* tornando difícil apagar das mãos dos artesãos os vestígios do seu ofício, que por isso era considerado de pouco merecimento. Felizmente, a preferência dos mouros por esta actividade ajudava à sua expulsão para longe da vista da maioria dos cidadãos<sup>74</sup>.

A ruralidade só muito raramente afluía as designações toponímicas escolhidas para distinguir ruas e praças do interior da cerca. O que não deve ser motivo de estranheza. Com efeito, tratava-se de expulsar, senão para o esquecimento pelo menos para a periferia ou para o exterior, a memória de um passado que muitos cidadãos não queriam recordar: a sua origem camponesa. Uma recusa que era ainda uma forma de exprimir diferenças, de melhor separar o mundo urbano do mundo rural.

Razões de sobra para que a toponímia que toca a ruralidade a apresente vitoriosamente transformada pelo homem de modo a melhor satisfazer as necessidades de abastecimento urbano. E a cidade não podia passar sem o pão e sem carne. E por isso queria ter na sua proximidade tudo o que fosse necessário para assegurar a continuidade e renovação dos fornecimentos desses elementos fundamentais da sua dieta alimentar. As ruas do *Celeiro* ou das *Covas*<sup>75</sup> apontavam as formas mais difundidas de armazenamento de cereais que depois eram transformados em farinha, mercê da utilização de diferentes tipos de moengas. Recordadas pelas ruas das *Atafonas*, dos *Moinhos*, do *Moinho de Vento* ou mais simplesmente das *Mós*<sup>76</sup>. O gado destinado ao abate nos açougues urbanos armazenava-se em currais fora de portas – aí se encontrava uma rua do *Curral do Concelho* ou para lá se orientava a porta do *Curro*<sup>77</sup> – onde o barulho e o cheiro de reses amontoadas era menos incomodativo. Mas também porque era mais fácil alimentá-lo como sugere a presença de *ferragiais* ou *palhais* associados a artérias localizadas no lado de fora da muralha<sup>78</sup>.

## 6. AUSÊNCIAS

A toponímia das cidades e vilas medievais portuguesas quando comparada com a de outras proveniências apresenta significativas lacunas. Talvez algumas possam ser explicadas pela debilidade de uma urbanização que gerava múltiplos pequenos centros urbanos, que, tal como planetas gravitando à volta do Sol, viviam à sombra de Lisboa, a única a merecer inteiramente a designação de cidade. Outras porém, talvez resultem de uma certa especificidade inerente à formação e desenvolvimento do Portugal medieval. Um e outras merecem atenção.

Assim de nada nos serve procurar entre as designações toponímicas qualquer sinal da origem geográfica dos que habitavam as suas ruas e praças. Não há vestígios de preferências regionais e muito menos de estrangeiros. Uma situação que pode ser resultante das características da amostragem disponível em que predominam os pequenos núcleos urbanos, onde por certo, nenhum grupo nacional e/ou regional lograva atingir o quantitativo suficiente para distinguir uma artéria. Talvez em Lisboa, ponto de convergência de gentes e mercadorias, se possa encontrar esse tipo de designativos.

Rica e variada quando se tratava de profissões mercantis e artesanais, a toponímia medieval revelava-se muda em relação a qualquer outro tipo de actividade profissional. Mesmo quando imprescindíveis ao bom andar do quotidiano urbano ou destacáveis pelo seu carácter inusitado. Assim acontecia com os homens da escrita, com os funcionários administrativos e judiciais e até com certas ocupações tais como os lavradores, os peixeiros ou os pescadores. Uma regra que conhecia as suas excepções nas ruas de *Ouvidores* e de *Lavradores* localizadas em Santarém<sup>79</sup>.

A ausência de nobres da toponímia, era de certa maneira esperada uma vez que muitos núcleos urbanos detinham o privilégio de exclusão de privilegiados do seu perímetro amuralhado e até do termo. Afinal uma justa recompensa pelo apoio dado ao rei na sua obra de consolidação do reino e da realza. Mas a apetência da nobreza pelas cidades, foi aumentando com o avançar da Idade Média e saldou-se por uma presença efectiva e actuante sobretudo nas do sul do país e naquelas onde o monarca preferencialmente estanciava como Santarém, Lisboa ou Évora. Há pois que procurá-la, escondida entre a multiplicidade de nomes de pessoas com que se distinguem ruas, travessas, vielas e becos.

Mas a maior surpresa que a toponímia urbana reserva a quem a percorre, prende-se com o facto de ser totalmente impossível encontrar entre as designações que prefere, qualquer referência ao poder concelhio. Nem sinal das magistraturas, nem um só vestígio da câmara, da audiência dos almotacés, do funcionalismo municipal. Um contraste total com a importância que se dava ao exercício dessa prerrogativa, com o tempo que se roubava aos assuntos particulares para participar nessas actividades, com as despesas e preocupações que a construção e manutenção da casa do concelho implicava. Que razões para este silêncio? Seriam os muros, as torres, as igrejas, a animação das ruas, o bulício dos mercados suficientemente expressivos para não deixarem dúvidas de que os homens que aí viviam, ou pelo menos alguns deles, geriam eles próprios o seu presente e tentavam planear o seu futuro?

## CONCLUSÃO

A multiplicidade de aspectos tocados pela toponímia ajuda a transformá-la num caminho privilegiado para o reencontro com a cidade medieval. Recuperam-se paisagens urbanas perdidas, encontram-se vestígios de crenças, do labor mas não do lazer. Reconhece-se o que rejeitava e o que considerava imprescindível. Descobrem-se consumos e uma relação dominadora com a ruralidade. E para alguns, a toponímia foi a única forma de ultrapassar a barreira do esquecimento permitindo-lhe deixar o seu nome ligado a um beco, a um postigo e até a uma rua.

Mas, é preciso fazer notar que a toponímia revela tanto quanto esconde e engana. Parece que a cidade é estática, perfeita, sem tensões nem conflitos. Onde predominam as gentes dos mesteres e se apagam eclesiásticos, nobres e funcionários. Onde a pedra parece vencer a madeira e o colmo. Onde não há cheiros nem cores. De onde parece estar excluída a força do poder concelhio. Onde o rei mais não é do que um proprietário bem sucedido.

Realidade e ilusão misturam-se assim, dificultando o acesso ao mundo urbano medieval. Dificuldade a contornar com estudos mais profundos e demorados em que se pode ter sempre a certeza que a cidade nunca se desvendará completamente a quem a interroga. Tal como as damas a quem os trovadores dedicavam as cantigas de amor ela sabe que, umas vezes revelando, outras escondendo ajuda a manter acesa a paixão e o interesse de quem a estuda.

COMPOSIÇÃO SOCIAL E GESTÃO MUNICIPAL:  
O EXEMPLO DE PONTE DE LIMA NA BAIXA IDADE MÉDIA

Os estudos sobre administração local na Idade Média privilegiaram quase sempre a análise das instituições concelhias *per se*, permitindo determinar com exactidão a natureza, atribuições e limites das magistraturas municipais<sup>1</sup>.

A prática da gestão concelhia apenas foi estudada em profundidade para um centro populacional que se pode considerar como uma excepção no Portugal medieval: Lisboa<sup>2</sup>. Na realidade, trata-se de uma cidade densamente povoada para os padrões medievais portugueses, com funções urbanas diversificadas e que por isso se caracteriza por uma orgânica administrativa, se bem que paradigmática, bastante mais complexa do que a dos outros concelhos<sup>3</sup>.

Na maior parte das vilas de pequena ou média dimensão como Ponte de Lima, torna-se praticamente impossível saber *como* se administrava o município. Com efeito, todos os livros de vereações e cadernos de receitas e despesas do concelho desapareceram<sup>4</sup>.

Restam-nos apenas informações dispersas resultantes, na sua quase totalidade, de circunstâncias em que o concelho limiano contactou com elementos ou instituições exteriores. Não traduzem, por isso, o dia a dia da gestão municipal, mas sim o acontecimento excepcional que gerou a necessidade de discriminar os componentes dos órgãos administrativos locais ou os nomes dos seu procuradores.

A estrutura da câmara de Ponte de Lima que conhecemos em seis ocasiões distintas (1380/1383/1406/1410/1446 e 1498)<sup>5</sup>, não se afastava do padrão legislativo<sup>6</sup>. Constituem-na dois juizes, um número variável de vereadores (nunca menos de dois) e um procurador. Em ocasiões decisivas para o concelho, associava-se a estes magistrados uma assembleia de indivíduos qualificados de homens-bons.

Quem assegura estas magistraturas? Quem é chamado às assembleias? Trata-se de questões fundamentais, uma vez que, de acordo com a legislação então em vigor, depende destas pessoas a fixação anual dos responsáveis pelos diferentes pelouros municipais e, o que é mais importante, a